



Relatório de Gestão

Ruídos políticos e preocupação com o lado fiscal prejudicam o Brasil

No Relatório de Gestão de maio falamos do super ciclo de commodities e dos benefícios que ele vem trazendo ao Brasil. O maior crescimento do PIB, puxado pelo setor de commodities e do agronegócio aumenta a arrecadação tributária e melhora o resultado fiscal. A elevação dos preços nominais aumenta o valor do PIB e reduz o endividamento medido pela relação Dívida/PIB, que é o principal indicador de solvência fiscal usado na comparação entre países. Por este motivo, devemos sair de uma dívida de 89% do PIB em 2020, para 82%, em 2021, recuperando praticamente metade do terreno perdido no ano passado. No entanto, fizemos uma advertência na carta de maio, alertando para o fato de que seria necessário aproveitar os bons ventos externos para deixar a economia em bases mais sólidas, fazer as reformas fiscais necessárias e preparar o país para enfrentar as turbulências futuras, que deveriam vir quando os países centrais comesçassem a retirar os estímulos monetários que foram dados durante a pandemia.

Além do impulso do ciclo, temos ainda o avanço da vacinação no país: 68% dos adultos já foram vacinados com a 1ª dose e 28% já completaram as duas doses. Os números de casos e mortes por causa da Covid finalmente começaram a retroceder, bem como os números de internações. No entanto, apesar das notícias positivas, os desdobramentos da cena brasileira não foram positivos no mês de julho. Os ruídos políticos aumentaram em torno de possíveis fraudes no sistema de apuração eletrônica das eleições, com o Presidente da República contestando um possível resultado negativo. O conflito aberto entre o poder executivo e o Supremo Tribunal Federal escalou para níveis nunca vistos pós redemocratização. Tudo isso coloca o Brasil em uma perspectiva negativa de possível ruptura institucional, que assusta os investidores, principalmente os estrangeiros, que temem uma derrocada mais forte do país.

Outro foco de notícias negativas é a tentativa do governo de encontrar um espaço fiscal para ampliação dos gastos sociais, desafiando para isso a restrição do Teto de Gastos. Começam a surgir soluções criativas como retirar os precatórios do Teto, ou mesmo adiar e parcelar compulsoriamente o pagamento dos precatórios de maior valor, o que equivale a um descumprimento de contrato, o popular “calote”. Isso cria uma insegurança jurídica enorme e aumenta o prêmio de risco sobre os ativos financeiros. O agravante de toda essa discussão é que ela se dá por motivos claramente populistas, ou seja, é o governo tentando criar brechas na legislação para aumentar de modo permanente as transferências de renda com fins eleitorais.

Por tudo isso, o Brasil se descolou para pior dos demais países emergentes no último mês. Há uma antecipação não desejada da tensão eleitoral, que deveria ficar para o ano que vem, e um flerte com soluções heterodoxas e não democráticas. Como investidores, esperamos que essas ações não passem de ruídos e arroubos de alguns atores políticos. No entanto, temos que agir para preservar o patrimônio dos nossos clientes. Sendo assim, adotamos postura mais cautelosa, tendo em vista que os fundamentos econômicos ainda são bons, mas que os riscos aumentaram consideravelmente.

Administração

BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A
CNPJ: 02.201.501/0001-61
Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20030-905
Telefone (21) 3219-2500
Fax (21) 3219-2508
www.bnymellon.com.br/sf

SAC: Fale conosco no endereço
www.bnymellon.com.br/sf
ou no telefone 0800 7253219
Ouvidoria no endereço
www.bnymellon.com.br/sf
ou no telefone: 0800 7253219

Gestão e Distribuição

JGP Gestão de Recursos Ltda.
e JGP Gestão de Crédito Ltda.
Rua Humaitá 275, 11º andar
Humaitá, Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22261-005
Brasil
www.jgp.com.br

Signatory of:



Este material é meramente informativo e não considera os objetivos de investimento, a situação financeira ou as necessidades individuais de um ou de determinado grupo de investidores. Recomendamos a consulta de profissionais especializados para decisão de investimentos. Fundos de Investimento não contam com a Garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto ou do regulamento do Fundo de Investimento antes de aplicar seus recursos. As rentabilidades divulgadas são líquidas de taxa de administração e performance e bruta de impostos. As informações e conclusões contidas neste material podem ser alteradas a qualquer tempo, sem que seja necessária prévia comunicação. Este material não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído sem a prévia e expressa concordância da JGP. Para maiores informações, consulte nossa área comercial.